

Gênero como categoria útil de análise no estudo sobre a representação jornalística de mulheres no futebol

Género como categoría útil de análisis en el estudio de la representación periodística de mujeres en fútbol

Gender as a useful category of analysis in the study of journalistic representation of women in football

ÉRIKA ALFARO DE ARAÚJO¹, MAURO DE SOUZA VENTURA²

Resumo: Diante do fato de que as desigualdades de gênero permearam as experiências de mulheres no esporte, especialmente no futebol, ao longo da história, o presente artigo tem como proposta entender o conceito e aprofundar a discussão sobre a questão de gênero enquanto uma categoria de análise, no caso deste trabalho, para entendermos como esta pode ser útil a estudos que relacionam mulheres, esporte e jornalismo. Por meio de uma revisão bibliográfica e de uma análise interpretativa, elaboramos que desconstruir a ideia de que há um destino biológico que afasta as mulheres do esporte enquanto um espaço social é um esforço necessário, bem como o avanço da noção de que as manifestações comportamentais, sociais, psicológicas e identitárias do gênero feminino podem ser diversas e compatíveis com os contextos esportivos.

Palavra-chave: Gênero; feminismo; esporte; jornalismo esportivo; futebol de mulheres.

Resumen: Debido a que las desigualdades de género han permeado las experiencias de las mujeres en el deporte a lo largo de la historia,

¹ Jornalista e Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (FAAC) - Universidade Estadual Paulista (Unesp).

² Jornalista, Livre-docente em Jornalismo e professor do Departamento de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

especialmente en el fútbol, este artículo tiene como objetivo comprender el concepto y profundizar la discusión sobre la cuestión de género como categoría de análisis, en el caso de este trabajo, para comprender cómo puede ser de utilidad para estudios que relacionen mujeres, deporte y periodismo. Por medio de una revisión bibliográfica y un análisis interpretativo, observamos que deconstruir la idea de que existe un destino biológico que separa a las mujeres del deporte como espacio social es un esfuerzo necesario, así como el avance de la noción de que las manifestaciones conductuales, sociales, psicológicas e identitarias del género femenino pueden ser diversas y compatibles con los contextos deportivos.

Palabras clave: Género; feminismo; deporte; periodismo deportivo; fútbol femenino.

Abstract: Because gender inequalities have played a decisive role in the experiences of women in sport throughout history, especially in football, this article aims to understand the concept and deepen the discussion on the issue of gender as a category of analysis, in the case of this work, to understand how it can be useful to studies on women, sport and journalism. Through a bibliographic review and an interpretative analysis, we elaborated that deconstructing the idea that there is a biological destiny that separates women from sport as a social space is a necessary effort, as well as the advancement of the notion that the behavioral, social, psychological and identity manifestations of the female gender can be diverse and compatible with the sports contexts.

Keywords: Gender; feminism; sport; sports journalism; women's football.

Introdução

A partir da constatação que as desigualdades de gênero foram (e são) significativas e decisivas na história das mulheres no futebol brasileiro, e que discursos discriminatórios foram legitimados e reproduzidos nas mídias (GOELLNER, 2005; FIRMINO, 2021; MOURÃO E MOUREL, 2005), faz-se necessária a definição e a apresentação de algumas perspectivas sobre o gênero enquanto uma categoria de análise.

Por meio de uma revisão bibliográfica que nos possibilita entender como surgiu, quais os usos e quais contornos a categoria gênero adquiriu em diversas investigações ao longo do tempo, propusemos uma análise que evidencia de que maneira a categoria e o conceito podem contribuir para os estudos que envolvem mulheres, esporte e jornalismo.

Nesse sentido, em uma abordagem histórico-contextual, buscamos resgatar brevemente as origens do futebol feminino no mundo e no Brasil, bem como

identificar manifestações que marcaram o retrato e construíram a visibilidade do futebol feminino brasileiro em sua relação com a imprensa esportiva.

O presente artigo, por meio da mobilização da questão de gênero enquanto um conceito e uma categoria de análise, também coloca em evidência as relações de poder presentes no fenômeno midiático, social e cultural que é o futebol.

Uma história marcada por barreiras

O futebol organizado, regado e institucionalizado como conhecemos no mundo contemporâneo se desenvolveu na Inglaterra entre o final do século XIX e o início do século XX, conforme apontam Elias e Dunning (1985), no contexto de uma sociedade em processo de industrialização. As fábricas, com suas luzes artificiais, eram espaços onde os trabalhadores usufruíam do tempo livre para praticar uma atividade ligada ao prazer lúdico.

Com o tempo, a prática passou a ser organizada e, em 1863, surgiu a Associação de Futebol. O esporte que se tonava cada vez mais conhecido em terras britânicas, para Souza Júnior e Reis (2015), foi vinculado a uma visão marcada pelo patriarcado. No entanto, com a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), a falta de mão de obra gerada pelo conflito fez com que as mulheres passassem a desempenhar novos papéis, entre eles, o de trabalhadoras fabris. Neste ambiente, no qual o futebol se fazia presente, elas tiveram contato com a modalidade: grupos foram formados para sua prática, apresentações para o público foram organizadas, bem como jogos competitivos.

Dessa forma, com o avanço da ocupação desse espaço no esporte, surgiram também barreiras. Dunmore e Murray (2014, p. 241-42) contam que países europeus tiveram seus momentos de popularidade no futebol feminino, mas chamam atenção para o fato que “com a popularidade, veio o ciúme, a resistência e, finalmente, a opressão”: a Associação Holandesa de Futebol proibiu um jogo entre Sparta Rotterdam e um time inglês; o Newcastle United proibiu, em 1921, que as mulheres usassem o estádio do clube; o órgão dirigente do futebol inglês, a Football Association (FA), “orquestrou uma campanha de difamação” contra uma equipe feminina, acusando-as de fraude em suas despesas e desvio de dinheiro de instituições de caridade, além de utilizar discursos médicos para afirmar que o futebol seria prejudicial para a saúde feminina. Em 1921, a FA aprovou o banimento do futebol feminino, decisão que outros países acompanharam – como a França em 1941 e a Alemanha em 1955³.

³ As informações sobre as datas de proibição em cada país foram coletadas na exposição do Museu do Futebol *CONTRA-ATAQUE! As Mulheres do Futebol* (2019).

Futebol feminino e jornalismo esportivo brasileiro

Em uma breve retomada da relação da imprensa especializada com a modalidade praticada por mulheres no cenário nacional ao longo do tempo, é possível observar alguns discursos marcantes que faziam parte do jornalismo. Embora não seja possível afirmar que há um consenso e uma voz única na construção da visibilidade jornalística da modalidade, é possível observar algumas tendências que circulavam mais frequentemente na mídia.

Conforme o levantamento realizado por Cunha (2016), notícias sobre mulheres jogando futebol apareciam em alguns jornais entre 1913 e 1940. Todavia, no Brasil, “temos como data da primeira partida de futebol feminino o ano de 1921, ocorrida na capital paulista” (MOURA, 2003, p. 8). No início, encontros não competitivos, mas de exibição e beneficentes eram comuns. Além disso, conforme o percurso histórico construído por Bonfim (2019), entre a década de 1920 e 1930, o futebol de mulheres percorreu caminhos particulares quando comparado ao dos homens, haja vista que se tornou espetáculo circense e era visto em festas esportivas (ver figuras 1 e 2). Neste período, o futebol praticado por mulheres era ironizado, ridicularizado, apresentado ao público de forma caricatural e encarado com curiosidade e como comédia.



Figura 1: Festa beneficente para a Casa dos Artistas no campo do Vasco da Gama, no Rio de Janeiro. “O team feminino de atrizes”. Fonte: Careta, São Paulo, p. 12, 01 fev. 1930. In: Bonfim (2019)

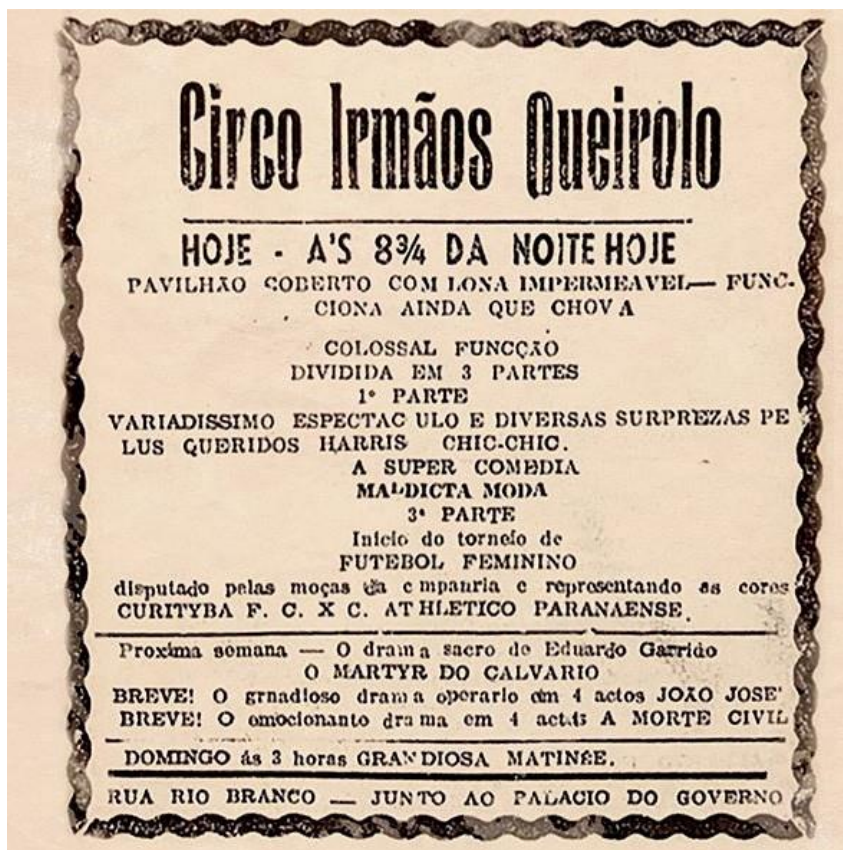


Figura 2: “Início do torneio de futebol feminino disputado pelas moças da companhia e representando as cores Curityba F.C. vs Athletico Paranaense”. Anúncio no jornal Correio do Paraná do Circo Irmãos Queirolo em 1934. Fonte: Acervo Fundação Biblioteca Nacional do Brasil

No que se refere à formação de times, as notícias apontam para o início da década de 1940, a partir de quando o esporte deixou de ser brincadeira ou uma cena de atrizes. Assim, os jornais estamparam argumentos como os de que o futebol era impróprio, prejudicial à “natureza feminina” e muito violento para as frágeis mulheres. Circulavam também declarações médicas de que esse tipo de prática poderia afetar a saúde física feminina, com preocupação especial com relação à capacidade de gerar filhos (ver figura 3).



Figura 3: Excertos do jornal O Imparcial no ano de 1941. Fonte: Acervo pessoal da autora. Imagens capturadas na exposição no Museu do Futebol CONTRA-ATAQUE! As Mulheres do Futebol (2019).

Embora as trajetórias de origens sejam distintas em território nacional e fora do país, alguns dos problemas se revelam similares. A popularização do jogo de futebol entre mulheres gerou rejeição e ações de impedimento. Com isso, as barreiras impostas incluíram medidas governamentais: um Decreto-Lei de 14 de abril de 1941⁴ e uma deliberação do Conselho Nacional de Desportos (CND)⁵ proibiram a prática do futebol – e de outras modalidades esportivas – por mulheres em território nacional. “Se, por um lado, tal proibição parece descabida nos dias de hoje, por outro, seus efeitos ainda repercutem em discursos e práticas que reforçam uma representação normatizada de feminilidade” (ANJOS et al., 2019, p. 18).

Durante o período de proibição, a prática clandestina do futebol feminino foi uma forma de resistência tanto à legislação discriminatória baseada no gênero quanto às expectativas socioculturais que impunham modelos de feminilidade e padrões de comportamentos. De acordo com Mourão e Morel (2005, p. 77), “as práticas esportivas seduziam e desafiavam muitas mulheres que, indiferentes às convenções normativas, morais e sociais, aderiram à sua prática”.

Nesse sentido, eram recorrentes na imprensa esportiva discursos sobre como as mulheres seriam masculinizadas por jogar bola, afirmando que a modalidade era praticada apenas por lésbicas ou violenta em demasia para os corpos frágeis femininos. Nesse período, medidas coercitivas também foram tomadas: mulheres envolvidas em atividades ligadas ao futebol eram presas e impedidas pela polícia.

Dessa forma, após décadas de banimento, as medidas que impediam o futebol feminino foram revogadas em 1979 (SILVA, 2012). E, após a pressão de times femininos e a luta por uma possibilidade de carreira no esporte, a modalidade foi finalmente regulamentada em 1983 pelo Conselho Nacional de Desportos.

Com a formação de equipes e organização de campeonatos, há um período de representação estereotipada e sexualização das atletas na imprensa esportiva. Costa (2017, p. 503) evidencia a matéria do Jornal do Brasil, de 1983, como exemplo da necessidade de se anexar atributos considerados

⁴ “Às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza, devendo, para este efeito, o Conselho Nacional de Desportos baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país”.

⁵ Que deliberou que às mulheres em entidades esportivas: “Não é permitida a prática de lutas de qualquer natureza, futebol, futebol de salão, futebol de praia, polo-aquático, pólo, rugby, hanterofilismo e baseball”.

femininos às jogadoras, às vezes com exageros, recorrendo a lugares comuns da beleza e da fragilidade da mulher: “Leves, graciosas, bem distantes da fama de masculinizadas que as persegue (...) elas sabem como poucos os segredos de um drible ou de um passe (...)”. Costa (2014) ainda acrescenta que esse tipo de abordagem se tornaria mais constante na década de 1990, contexto no qual a Revista Placar é um título de destaque. Nos anos 2000, embora o cenário esportivo crescesse, superando dificuldades, “não houve avanços na representação que a revista fazia das atletas, o que aconteceu foi uma tentativa de reafirmar o discurso da feminilidade no espaço concedido às jogadoras” (FIRMINO, 2021, p. 127).

Ademais, ainda é possível encontrar exemplos posteriores em que a mídia tem como foco tais aspectos, a exemplo da matéria publicada pelo portal GloboEsporte.com em 2011, na qual há o reforço da figura das “musas” (ver figura 4). Em 2018, quando a brasileira Marta Vieira da Silva foi eleita pela Federação Internacional de Futebol (Fifa), pela sexta vez, a melhor jogadora do mundo, a reportagem exibida na televisão aberta pelo Globo Esporte, no dia 25 de setembro de 2018, foi aberta com a narração: “Marta, vestida de princesa, foi a rainha da noite de gala do futebol mundial”, sendo uma demonstração mais recente de como aspectos estéticos das atletas ainda fazem parte dos conteúdos.

07/07/2011 07h00 - Atualizado em 07/07/2011 07h00

Loira ou morena? Zagueira e lateral disputam posto de musa da Seleção

Érika e Maurine são escolhidas pelas companheiras como as mais belas

Por **Clicia Oliveira**
Direto de Frankfurt, Alemanha

FACEBOOK TWITTER G+ P



Érika na passarela: musa é loira? (Divulgação)

Há quem diga que a zagueira Érika é a musa da Seleção Brasileira no **Mundial feminino** que está sendo disputado na Alemanha. A jogadora, inclusive, ficou com o sexto lugar em uma enquete sobre as jogadoras mais bonitas do torneio. Mas também tem quem acredita que a loira disputa o posto de beleza com outra atleta: a lateral Maurine.

- Todo mundo fala que tem meninas bonitas aqui na Seleção, até comentaram comigo, porque só a Érika foi escolhida uma das mais bonitas, disseram que poderia ter sido eu e ela – brincou Maurine.

Quando não estão dentro de campo, as musas da Seleção fazem questão de se cuidar. A lateral, que é morena, revela que gosta de sair com maquiagem e o cabelo impecável.

- Eu gosto de estar sempre maquiada com o cabelo de 'chapinha' - disse.

Figura 4: Matéria sobre musas da seleção. Fonte: Captura de tela feita pela autora.

Perante a todo esse cenário histórico traçado, é possível afirmar que o futebol se estabeleceu enquanto um reduto da masculinidade, e a entrada de mulheres nesse campo gerou diversas represálias tanto por parte da sociedade quanto do Estado e da própria imprensa. Toda essa trajetória de reivindicação pela possibilidade de jogar futebol deixou marcas na modalidade no Brasil, que até hoje é sublinhada pela luta por profissionalização, estruturação, legitimidade e visibilidade.

Gênero como categoria de análise

Por meio do breve contexto histórico apresentado, foi possível observar que as desigualdades de gênero permearam a história das mulheres no futebol. Por isso, faz-se necessário o aprofundamento na questão do gênero enquanto uma categoria de análise para entendermos de que forma esta se tornou marcante nesse estudo da relação das mulheres com o esporte e o jornalismo. Assim, procuramos definir e apresentar algumas perspectivas sobre as ideias, os usos e as críticas a tal categoria.

Em busca da compreensão acerca do que se trata o conceito, compartilhamos o apontamento de Joan Scott (2019, p. 54), para quem o gênero “é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos”. Segundo a pesquisadora, neste viés:

O seu uso rejeita explicitamente as justificativas biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum para várias formas de subordinação no fato de que as mulheres têm filhos ou que os homens têm uma força muscular superior. O gênero se torna, aliás, uma maneira de indicar as “construções sociais” – a criação inteiramente social das ideias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado (SCOTT, 2019, p. 54).

Tais justificativas biológicas apontadas pela autora se fizeram presentes em diversos momentos da trajetória feminina nos esportes, o que pode ser considerado, nessa perspectiva, uma construção social – conveniente aos arranjos patriarcais – com base naquilo que a sociedade e a cultura definem como padrões de feminilidade e masculinidade. O marcador biológico das mulheres, que é a capacidade de gestar filhos, foi usado como um argumento para proibi-las de exercer uma atividade social e cultural que é a prática esportiva. A mesma alegação foi usada para atestar uma suposta fragilidade feminina e a falta de resistência física para a disputa de uma modalidade violenta em demasia, a qual, conforme este pensamento, só poderia ser realizada por homens, que podem resistir por conta da virilidade, capacidade

corporal, resistência e força. Isto quer dizer que argumentos biológicos foram trazidos para a esfera dos papéis sociais com o objetivo de forjar e reproduzir aspectos da dominação masculina.

As relações de poder baseadas na diferença sexual e na construção dos padrões de gênero no campo esportivo se revelam nítidas quando, por exemplo, Estado, imprensa, confederação, federações e clubes – entidades que exercem poder de diversas maneiras e em diversos espaços – se uniram para proibir o futebol feminino e, posteriormente, se mostraram, de certa forma, indiferentes ao desenvolvimento da modalidade, por exemplo, com a invisibilidade midiática do futebol de mulheres e falta de iniciativas das entidades esportivas e do setor público no que se refere tanto à prática do futebol feminino quanto à profissionalização das atletas.

Diante de um cenário em que um grupo social, as mulheres, era minoritário, possuía uma representatividade mínima e ocupava raros espaços de decisão, o poder exercido pela maioria de homens em posições de liderança prevaleceu, em um exemplo de como as relações de gênero nas disputas de poder podem ser identificadas na realidade. Para corroborar com tais informações sobre a atuação minoritária das mulheres no futebol, o relatório da Fifa, Women's football – Member Associations Survey Report 2019, indicou que o número de jogadoras adultas (com mais de 18 anos) registradas no Brasil é de 2.974, e que de representantes mulheres em comitês executivos da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) é de zero, de um total de nove membros. Em 2022, a ex-jogadora Aline Pellegrino se tornou coordenadora de competições femininas e coordenadora de seleções femininas da CBF, sendo uma mulher que ocupa uma posição de gestão na entidade.

É importante destacar que o conceito de gênero e o uso do mesmo enquanto uma categoria vem se disseminando desde meados da década de 1980 e no decorrer da de 1990 “em decorrência do impacto político do feminismo e de novas perspectivas de análise” (MORAES, 2013, p. 99). Para Piscitelli (2002, p. 1), que o considera “instigante e desafiador”, “parte significativa da atração exercida por esse conceito reside no convite que ele oferece para um novo olhar sobre a realidade, situando as distinções entre características consideradas femininas e masculinas no cerne das hierarquias presentes no social”.

Conceito de gênero e movimento feminista

Scott (2019, p. 50) pontua que “no seu uso mais recente, ‘gênero’ parece ter aparecido primeiro entre as feministas americanas que queriam insistir no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo”. Assim, o

papel do movimento feminista no reconhecimento da desigualdade de gênero nas relações de poder que sujeitam as figuras femininas à dominação masculina é notável.

Piscitelli (2002) também destaca que o conceito foi desenvolvido no seio do movimento feminista e no marco dos estudos sobre “mulher”, compartilhando vários de seus pressupostos. “Mas a formulação do conceito de gênero procurava superar problemas relacionados à utilização de algumas das categorias centrais nos estudos sobre mulheres” (PISCITELLI, 2002, p. 8). A autora aponta que esta questão fica clara no ensaio que difundiu o conceito de gênero, marcando o pensamento feminista ao introduzir essa ideia na discussão sobre as causas da opressão das mulheres.

Este ensaio citado pela autora foi escrito por Gayle Rubin e publicado em 1975 com o título *O Tráfico das Mulheres: Notas sobre a Economia Política do Sexo*. Nele, “Rubin definiu o sistema sexo/gênero como o conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica em produtos da atividade humana” (PISCITELLI, 2002, p. 8). Apesar das críticas ao dualismo da relação natureza/cultura, o ensaio se tornou uma referência para a literatura feminista, segundo a pesquisadora.

Antes de tratarmos das revisões, reações e discordâncias que cercam a categoria gênero, ainda no sentido proposto por Joan Scott (2019), aponta-se que esta palavra indicava uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos ‘sexo’ ou ‘diferenciação sexual’. Segundo a historiadora, “gênero” sublinhava também o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade.

Moraes (2013), por sua vez, propõe que:

A expressão “relações de gênero”, tal como vem sido utilizada no campo das ciências sociais, designa, primordialmente, a perspectiva culturalista em que as categorias diferenciais de sexo não implicam no reconhecimento de uma essência masculina ou feminina, de caráter abstrato e universal, mas, diferentemente, apontam para a ordem cultural como modeladora de mulheres e homens. Em outras palavras, o que chamamos de homem e mulher não é o produto da sexualidade biológica, mas sim de relações sociais baseadas em distintas estruturas de poder (MORAES, 2013, p. 100).

A partir da noção de que as características limitantes e normativas atribuídas aos gêneros se tratam de construções, recorreremos à noção de que as elas podem ser transformadas de forma que as vivências se tornem mais livres, mais diversas e mais amplas – e a subordinação feminina seja eliminada. E, neste ponto, conseguimos encontrar uma similaridade com as correntes de pensamento feminista. Piscitelli (2002, p. 2) explica que o pensamento feminista, “como expressão de ideias que resultam da interação entre os desenvolvimentos teóricos e práticas do movimento feminista”, não constitui

um todo unificado, mas as diversas vertentes com abordagens construídas após os finais da década de 1960 compartilham algumas noções centrais:

Em termos políticos, consideram que as mulheres ocupam lugares sociais subordinados em relação aos mundos masculinos. A subordinação feminina é pensada como algo que varia em função da época histórica e do lugar do mundo em que se estude. No entanto, ela é pensada como universal, na medida em que parece ocorrer em todas partes e em todos os períodos históricos conhecidos (PISCITELLI, 2002, p. 2).

Dessa forma, a autora ainda argumenta que as diversas correntes do pensamento feminista afirmam a existência da subordinação feminina e não só questionam o caráter natural dessa subordinação como defendem que ela é resultado da construção social feita da mulher. “Isto é fundamental, pois a ideia subjacente é a de que o que é construído pode ser modificado. Portanto, alterando as maneiras como as mulheres são percebidas seria possível mudar o espaço social ocupado por elas” (PISCITELLI, 2002, p. 2). Nessas ações, que contribuem para a alteração da percepção acerca das mulheres, podem ser incluídas as representações midiáticas dos gêneros.

No esporte, especialmente no futebol feminino, foi possível constatar que, no decorrer da história, parte da imprensa especializada fez parte das estruturas de poder que colocavam as mulheres em uma posição de subordinação. Reportagens que traziam médicos atestando que o futebol era prejudicial à saúde feminina, que apoiavam a proibição da modalidade, que impunham padrões de feminilidade e que ironizavam os esforços femininos pelo desenvolvimento da modalidade são exemplos de como o jornalismo esportivo compactuou, reforçou e ajudou a construir os mecanismos de discriminação com base no gênero. E foi a partir dessa história de desigualdade que se estabeleceu a relação da imprensa esportiva com o futebol de mulheres.

Interseccionalidade e misoginia

Aqui, nos voltamos à questão de que essa “opressão comum” com base no gênero já foi muito questionada tanto pelo movimento feminista quando por autoras da teoria feminista. Por isso, a abordagem interseccional, que traz para o assunto aspectos como classe e raça, tem ganhado cada vez mais espaço e aprofundado discussões pautadas em desigualdades e discriminações.

Ao analisar a obra *The feminine mystique*, de Betty Friedan, lançada em 1963, Bell Hooks (2015) pontua que se trata do livro que abriu caminho para o movimento feminista contemporâneo, mas chama a atenção para o fato que a autora tratou de um cenário restrito a mulheres brancas de classes privilegiadas:

Ela não falou das necessidades das mulheres sem homem, sem filhos, sem lar, ignorou a existência de todas as mulheres não brancas e das brancas pobres, e não disse aos leitores se era mais gratificante ser empregada, babá, operária, secretária ou uma prostituta do que ser dona de casa da classe abastada (HOOKS, 2015, p. 194).

Depois de considerar tal ponderação, entendemos que o gênero consiste em uma das categorias por meio das quais podemos analisar sistemas e mecanismos de opressão, mas não a única. Para percebermos, por exemplo, que as mulheres negras vivenciam as desigualdades de forma distinta das brancas, inclusive no esporte, basta lembrar da marcante matéria da revista Placar de 1983, com o título “A Bela e as Feras”, em que jogadoras de futebol negras foram retratadas e descritas como violentas e selvagens, enquanto a atleta branca que protagoniza a reportagem foi sexualizada e colocada como um modelo de beleza e de comportamento.



Figura 5: Matéria “A Bela e as Feras” da revista Placar, edição de outubro de 1983. Fonte: Placar Magazine

Sobre a jogadora branca, a matéria ressalta suas “medidas de Miss” e afirma: “não é por acaso que Bel se transformou na alegria da torcida durante as partidas preliminares do Inter no Beira-Rio”. Já sobre as atletas negras, o texto narra que Castor e suas “perigosas meninas” receberam uma suspensão, e acrescenta: “(...) resta torcer para que, no futuro, o futebol feminino tenha muitas belas, inspiradas na atraente estrela do Inter – e que as feras voltem às jaulas”.

Nesse sentido, é interessante destacar que este retrato misógeno que sexualiza a atleta branca é também misógeno e racista com relação às jogadoras negras, pois as dessexualiza, insulta, ironiza e desmerece – para Manne (2018), a misoginia deve ser entendida principalmente como o ramo de “aplicação da lei” de uma ordem patriarcal, que tem a função geral de policiar

e fazer cumprir suas normas e expectativas regentes. A autora sustenta que devemos pensar na misoginia como servindo para sustentar a ordem patriarcal entendida como uma vertente entre vários sistemas semelhantes de dominação, incluindo racismo, xenofobia, classismo, preconceito de idade, capacitismo, homofobia, transfobia e assim por diante. Além disso, explica que a hostilidade misógina abrange uma miríade de movimentos de "down girl" ou, em tradução livre, meninas para baixo. Com isso, lista manifestações dessa ação ou comportamento:

Para generalizar: os adultos são insultuosamente comparados a crianças, as pessoas a animais ou mesmo a objetos. Além de infantilizar e depreciar, existe ridicularizar, humilhar, zombar, caluniar, difamar, demonizar, bem como sexualizar ou, alternativamente, dessexualizar, silenciar, evitar, envergonhar, culpar, ser paternalista, condescendente e outras formas de tratamento que são desdenhosas e depreciativas em contextos sociais específicos (MANNE, 2018, p. 68).

No mesmo sentido, conhecemos o papel das questões de raça e classe no desenvolvimento do futebol enquanto modalidade esportiva no Brasil, em que os homens negros e pobres precisaram superar barreiras para a prática do esporte de origem estrangeira e elitizada. No futebol feminino, a classe é uma categoria social decisiva para as jogadoras. Isso porque, na sociedade capitalista contemporânea, em que, no esporte espetacularizado e competitivo as relações de trabalho se fazem presentes, a falta de profissionalização, visibilidade e estrutura para que os times se tornem cada vez mais competitivos faz com que muitas mulheres não consigam se sustentar por meio do futebol, ressaltando a necessidade de outras atividades econômicas que interferem em suas carreiras ou as fazem desistir de se dedicar a uma atividade que não representa um meio de subsistência.

Outra questão sobre os estudos de gênero é que “o que se tem, via de regra, é uma utilização restrita e imprecisa de gênero, como sinônimo de homem e mulher” (MORAES, 2013, p. 101). Para Moraes (2013, p. 103), inclusive, é necessário “avançar nos estudos que trabalhem com a tensão corpo biológico/corpo simbólico e as possibilidades de transformações com respeito às identidades”.

Aqui, faz-se relevante retomar a discussão sobre o corpo e os papéis de gênero no contexto esportivo, a qual faremos apoiados na formulação de Goellner (2005, p. 143) em que a autora recorre a dois pontos para justificar a pouca visibilidade das mulheres no futebol brasileiro: “a aproximação, por vezes recorrente, entre o futebol e a masculinização da mulher e a naturalização de uma representação de feminilidade que estabelece uma relação linear e imperativa entre mulher, feminilidade e beleza”.

A autora observa que a participação das mulheres no futebol representava uma transgressão ao que era hegemonicamente aceito e definido como constitutivo da identidade feminina que tinha na imagem de mãe grande aceitabilidade. Conforme explicita, na década de 1930, quando as mulheres começaram a se inserir neste espaço esportivo, o corpo feminino era visto como um bem social que acomodava a expectativa de uma prole sadia. Com isso, o fruto do corpo feminino era resultado de um projeto social que o percorria, inscrevendo-lhe marcas que evidenciavam seu fortalecimento ao mesmo tempo asseguravam sua fragilidade uma vez que “continuavam a demarcar seu local social a partir dos contornos de sua natureza anatômica” (GOELLNER, 2005, p. 146), uma percepção que notadamente nos apresenta uma tensão entre o corpo biológico e simbólico. Essa relação entre natureza e biologia com cultura e sociedade se faz presente na investigação da história feminina no esporte, por esta razão consideramos necessária a demarcação do conceito de gênero como uma rejeição ao determinismo biológico.

Avançando no tempo, a autora explica que a beleza no século XX era vista como sinônimo de saúde e de uma genitália apta para as funções reprodutivas. No entanto, Goellner segue afirmando que, a partir da década de 1970, teremos um novo discurso incorporado a este, o da erotização do corpo feminino:

Estádios, ginásios, academias, parques e praças são identificados como locais sociais a espetacularizar os corpos das mulheres ressaltando alguns atributos designados como característicos de seu sexo: a graciosidade, a beleza e, sobretudo, a sensualidade. Objeto do olhar de outrem, o corpo erotizado no e pelo esporte, inventa uma imagem da atleta contemporânea que, mesmo exercitada fisicamente, inscreve no seu corpo marcas que o tornam absolutamente desejável (GOELLNER, 2005, p. 147).

Além da erotização, Goellner destaca que o temor de que o esporte pudesse masculinizar as praticantes direciona-se não apenas às modificações de seu caráter, mas, sobretudo, de sua aparência. “Afinal, julgava-se/julga-se o quão feminina é uma mulher pela exterioridade do seu corpo” (GOELLNER, 2005, p. 148).

Dessa forma, a autora esclarece que esses discursos estão baseados em uma representação essencialista dos gêneros, segundo a qual a cada sexo correspondem algumas características inerentes que os define. Para ela, pressupõe-se a existência de uma determinada essência masculina e/ou feminina natural e imutável. Neste sentido, nos juntamos à autora na ideia de que a concepção essencialista se opõe à que afirma ser o gênero uma construção social. “Partindo das teorizações pós-estruturalistas, esse olhar sobre os gêneros, inaugurado pela historiadora norte-americana Joan Scott,

rompe significativamente com a noção de que exista um único jeito masculino ou feminino de ser” (GOELLNER, 2005, p. 148).

Joan Scott, cujo pensamento já nos valemos, apresenta sua própria definição de gênero como uma conexão integral entre duas proposições: “o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos; e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT, 2019, p. 67).

Relações, críticas, debates e análises do conceito

Outra autora importante para pensarmos esse cenário é Simone de Beauvoir. Apesar de o conceito de gênero ser posterior à filósofa francesa, suas formulações possuem papel importante na compreensão da categoria e foram associadas a ela pelas teorias feministas. A seguinte passagem é uma das mais marcantes da obra de Beauvoir:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino (BEAUVOIR, 1967, p. 9)

A famosa afirmação “On ne naît pas femme, on devient” nos fornece a ideia de que, “em Simone de Beauvoir, a mulher já está deslocada do ser para o devir” (RODRIGUES, 2019, p. 2). Isso significa que a pensadora francesa separou a ideia da fêmea, que nasce com um marcador biológico, e a mulher que “devém”, que se torna mulher em decorrência da combinação de fatores e espaços culturais da vivência posterior ao nascimento. Esse descolamento entre sexo biológico e construção social da mulher contribuiu para que ideia de gênero pudesse ser desenvolvida.

E é muito por conta da leitura de Beauvoir que a filósofa americana Judith Butler se torna uma das principais pensadoras na desconstrução do conceito de gênero. Para esta autora, a ideia de gênero mantém uma estrutura binária:

Supondo por um momento a estabilidade do sexo binário, não decorre daí que a construção de “homens” se aplique exclusivamente a corpos masculinos, ou que o termo “mulheres” interprete somente corpos femininos. Além disso, mesmo que os sexos pareçam não problematicamente binários em sua morfologia e constituição (ao que será questionado), não há razão para supor que os gêneros também devam permanecer em número de dois (BUTLER, 2016, p. 26).

Além disso, a pensadora ainda busca desnaturalizar e problematizar o sexo, questionando: “seriam os fatos ostensivamente naturais do sexo produzidos

discursivamente por vários discursos científicos a serviço de outros interesses políticos e sociais?” (BUTLER, 2016, p. 27). Contestando a ideia de que o sexo possui um caráter imutável, sugere que o que chamamos de “sexo” pode ser tão culturalmente construído quanto o gênero. “A rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revele-se absolutamente nula” (BUTLER, 2016, p. 27).

Assim, outra crítica da autora é o aprisionamento do gênero na cultura, como se o gênero construído pela cultura fosse tão determinante e fixo quanto na ideia de que a biologia é o destino. “Nesse caso, não a biologia, mas a cultura se torna o destino” (BUTLER, 2016, p. 29).

As perspectivas de várias das autoras que participam nas discussões atuais sobre gênero, entre as quais é possível inserir a produção de Butler, embora diferenciadas, coincidem na radicalização dos esforços por eliminar qualquer naturalização na conceitualização da diferença sexual, pensando gênero de maneira 'não identitária'. Isto é, rejeitando os pressupostos universalistas presentes da distinção sexo/gênero, convergem na tentativa de analisar criticamente os procedimentos através dos quais gênero é concebido como fixando identidades, e de formular conceitualizações que permitam descrever as múltiplas configurações de poder existentes em contextos históricos e culturais específicos (PISCITELLI, 2002, p. 16).

A visão de Butler e de diversas autoras que promovem o debate sobre a categoria gênero são válidas e levam a reflexões sobre como é possível ir além nos questionamentos e problematizações. Este artigo, situado no âmbito do estudo de gênero, não busca limitar as identidades com base naquilo que foi construído socialmente dentro das noções de feminino e masculino, mas entender de que maneira essas construções resultaram em prejuízos e desvantagens na vivência de mulheres no contexto esportivo para, a partir daí, desconstruir padrões definidos para as vivências dos gêneros.

Gênero como categoria útil

Nesse sentido, destacamos que, com os debates que cercam o gênero, “as feministas não só começaram a encontrar uma via teórica própria, como também encontraram aliados cientistas e políticos. É nesse espaço que nós devemos articular o gênero a uma categoria de análise” (SCOTT, 2019, p. 66). Consideramos que o gênero é uma categoria útil nos estudos sobre as mulheres no esporte. No mundo contemporâneo e em um cenário em que o esporte-competição é o protagonista na cobertura midiática, temos a distinção binária entre modalidades femininas e masculinas. Na Copa do Mundo de futebol da Fifa, temos mulheres e homens não só jogando separadamente, mas também eventos organizados em anos e locais distintos. Nas ligas nacionais,

homens e mulheres vivem em “mundos separados”, cada qual com suas dinâmicas, locais de jogos e calendários de competições. Nos Jogos Olímpicos, no futebol e na maioria das modalidades, há a divisão das categorias feminina e masculina – a única exceção a essa regra é o hipismo. Além disso, trata-se de um recorte, de um contexto em que as performances e características físicas são pautas, até mesmo do jornalismo, a todo momento.

Por isso, é fato que o gênero é um marcador da desigualdade no esporte – não o único. As mulheres que jogaram ou se envolveram de alguma forma com o futebol, no decorrer da história, tiveram tratamentos, oportunidades e experiências desiguais com relação aos homens, tanto em aspectos econômicos quanto midiáticos, estruturais e simbólicos.

Para Heilborn e Rodrigues (2018, p. 18), “o gênero, para além de uma dimensão da pessoa, aspecto crucial na alta modernidade, constitui-se em um eixo de classificação que organiza as relações sociais”. Além disso, as autoras consideram ser viável afirmar que, por meio do conceito de gênero, pode-se mobilizar um debate político necessário e atual sobre como diferenças sexuais se materializam em corpos biológicos. “A mobilização do conceito de gênero ainda pode ser estratégica no enfrentamento das discriminações sexuais e sociais no que diz respeito às mulheres e ao enfrentamento das diferentes formas de violência – física e simbólica – que ainda nos desafiam”. (HEILBORN E RODRIGUES, 2018, p. 18).

Considerações finais

Tendo em vista a proposta de entender como a questão de gênero, enquanto uma categoria de análise, pode ser útil para os estudos que envolvem mulheres, futebol e jornalismo, destacamos a noção fundamental de que a mobilização deste conceito é realizada com o objetivo de rejeitar determinismos biológicos e trazer à tona as imposições sociais sobre corpos sexuados – bem como a forma como tais construções têm efeitos em experiências pessoais.

Assim, chamamos atenção para o fato de que o gênero é um marcador da desigualdade no esporte – não o único –, tendo em vista que os tratamentos, as oportunidades e as vivências de homens e mulheres, no futebol, foram e ainda são assimétricas, tanto em aspectos econômicos quanto midiáticos, estruturais e simbólicos. Por isso, desconstruir a ideia de que há um destino biológico que afasta as mulheres do esporte enquanto um espaço social é um esforço necessário às pesquisas que envolvem gênero e esporte.

Logo, avançamos na ideia de que as manifestações comportamentais, sociais, psicológicas e identitárias do gênero feminino podem ser diversas e compatíveis com os contextos esportivos e que o jornalismo esportivo tem um

papel marcante no desenvolvimento do esporte feminino e, em última instância, nessa luta pela desconstrução dos papéis sociais marcados pelo gênero e as desigualdades neles contidas.

Referências

ANJOS, Luiza Aguiar et al. Mudando cabeças, corpos e campos: a experiência do guerreiras project no empoderamento de mulheres por meio do futebol. In: LIMA, Cecília Almeida Rodrigues; BRAINER, Larissa; e JANUÁRIO, Soraya Barreto (Orgs.). **Elas e o futebol**, João Pessoa: Xeroca!, 2019.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo II: A Experiência Vivida**. Difusão Europeia do Livro, São Paulo, 1967, 2ª edição.

BONFIM, Aira Fernandes. **Football Feminino entre festas esportivas, circos e campos suburbanos: uma história social do futebol praticado por mulheres da introdução à proibição (1915-1941)**. 2019, Dissertação - Mestrado em História, Política e Bens Culturais, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Rio de Janeiro, 2019.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

COSTA, Leda Maria. Beauty, effort and talent: a brief history of Brazilian women's soccer in press discourse. **Soccer and Society**, 15(1), pp. 81-92, 2014.

_____. O Futebol feminino nas décadas de 1940 a 1980. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, n. 13, 2017, p. 493-507. Disponível em <https://bit.ly/3UQnuaM>. Acesso em 11 de novembro de 2022.

CUNHA, Teresa Cristina de Paiva Montes. O início do futebol feminino no Brasil. In: KESSLER, Cláudia Samuel (Org.). **Mulheres na área: gênero, diversidade e inserções no futebol**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

ELIAS, Norbert e DUNNING, Eric. **A Busca da Excitação**. Lisboa: Difel, 1985.

FIRMINO, Carolina Bortoleto. **Gênero e posicionamento no esporte: a noticiabilidade no jornalismo esportivo feminista do Dibradoras**. 2021. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design, Bauru. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/215276>>.

FRIEDAN, Betty. **The feminine mystique**. New York: W. W. Norton Company, 1963.

GOELLNER, Silvana. Mulheres e futebol no Brasil: entre sombras e visibilidades. In: **Revista brasileira de Educação Física Esp.**, São Paulo, v.19, n.2, p.143- 51, abr./jun. 2005.

HEILBORN, Maria Luiza; RODRIGUES, Carla. Gênero: breve história de um conceito. **Aprender: Caderno de Filosofia e Psicologia da Educação**, Ano XII, n. 20, jul./dez.2018. A661a Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2018

HOOKS, Bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.**, Brasília, n.16, p. 193-210, 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/mrjHhJLHZtfyHn7Wx4HKm3k/?lang=pt>>. Acesso em: 25 jul. 2022

MANNE, Kate. **Down girl: the logic of misogyny**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2018.

MORAES, Maria Lygia Quartim. Usos e limites da categoria gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 11, p. 99–105, 2013. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8634466>. Acesso em: 25 jul. 2022.

MOURA, Eriberto José Lessa. **As relações entre lazer, futebol e gênero**. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Unicamp, Campinas, 2003.

MOURÃO, Ludmila e MOUREL, Marcia. As narrativas sobre o futebol feminino: O discurso da mídia impressa em campo. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte**, Campinas, v. 26, n. 2, p. 73-86, jan. 2005.

PISCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) mulher?. In: ALGRANTI, L. (org.). **A prática feminista e o conceito de gênero**. Campinas: IFCH-Unicamp, 2002. Disponível em: < <https://culturaegenero.com.br/download/praticafeminina.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2022.

RODRIGUES, Carla. Ser e devir: Butler leitora de Beauvoir. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 56, e195605, 2019. Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/cpa/a/ggk8FWXjjF6nVswv5bMMHbF/?lang=pt>>. Acesso em: 25 jul. 2022.

RUBIN, Gayle. The traffic in Women: Notes on the "Political Economy of Sex". IN: REITER, Rayna: **Toward na Anthropology of Women**. Monthly Review Press, New York, 1975.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (Org.). **Pensamento Feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

SILVA, Giovana Capucim. Futebol feminino: proibido para quem? Uma análise de duas reportagens sobre o futebol praticado por mulheres no período anterior a sua regulamentação como esporte. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos)**, Florianópolis, 2012. ISSN 2179-510X

SOUZA JÚNIOR, Osmar Moreira e REIS, Heloisa Helena Baldy. Dick Kerr Ladies: uma história de mulheres, futebol, violência simbólica e resistência. **XIX Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte**, 2015. Disponível em: < <http://congressos.cbce.org.br/index.php/conbrace2015/6conice/paper/view/7536>>. Acesso em 25 jul. 2022.

Women's football - Member Associations Survey Report 2019. Disponível em: < <https://img.fifa.com/image/upload/nq3ensohyxpuxovcovj0.pdf>>. Acesso em 14 de novembro de 2022.

Recebido em: 24-09-2022

Aceito em: 21-11-2022